



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS**

**LAURA LUCIELLY PEREIRA DA FONSECA**

**AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS CAUSADAS PELA INTRODUÇÃO DOS  
PRONOMES “VOCÊ” E “A GENTE” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PERCURSO  
HISTÓRICO E ANÁLISE FUNCIONAL**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

LAURA LUCIELLY PEREIRA DA FONSECA

**AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS CAUSADAS PELA INTRODUÇÃO DOS  
PRONOMES “VOCÊ” E “A GENTE” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PERCURSO  
HISTÓRICO E ANÁLISE FUNCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação/Departamento do Curso de  
Licenciatura em Letras Português da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
licenciatura em Letras Português.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F676m Fonseca, Laura Lucielly Pereira da.

As mudanças linguísticas causadas pela introdução dos pronomes "você" e "a gente" no português brasileiro [manuscrito] : percurso histórico e análise funcional / Laura Lucielly Pereira da Fonseca. - 2023.

27 p.

Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de Linguística, Letras e Artes, 2024. "Orientação : Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva, Departamento de Letras e Artes - CEDUC. "

1. Linguística. 2. Gramaticalização. 3. Pronome. 4. Latim.  
5. Língua portuguesa. I. Título

21. ed. CDD 410



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

FOLHA DE APROVAÇÃO

LAURA LUCIELLY PEREIRA DA FONSECA

AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS CAUSADAS PELOS PRONOMES “TU/VOCÊ” E  
“A GENTE/NÓS” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO PELAS  
PERSPECTIVAS DIACRÔNICA E FUNCIONALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso em  
Letras Português da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de Graduado  
em Licenciatura Plena em Língua  
Portuguesa.

Área de concentração: Linguística

Aprovado em: 01/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

9,5

Prof. Dra. Marta Anaisa Bezerra Ramos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

9,5

Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

9,5

À minha mãe, por toda dedicação, amor,  
amizade, auxílio e companheirismo,  
DEDICO.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 PERCURSO HISTÓRICO DO LATIM AO PORTUGUÊS .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Domínio da Língua Portuguesa .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 A derivação pronominal latina: do latim ao português .....</b>	<b>10</b>
<b>3 A GRAMATICALIZAÇÃO DOS PRONOMES .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 A gramaticalização de “a gente” .....</b>	<b>14</b>
<b>3.2 A gramaticalização do “você” e a relação entre “tu” e “você” .....</b>	<b>15</b>
<b>3.3 Os processos de indeterminação e determinação do sujeito através dos pronomes...19</b>	
<b>4 OS PRONOMES SEGUNDO A TRADIÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS CAUSADAS PELA INTRODUÇÃO DOS PRONOMES “VOCÊ” E “A GENTE” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PERCURSO HISTÓRICO E ANÁLISE FUNCIONAL

Laura Lucielly Pereira da Fonseca<sup>1</sup>

### RESUMO

A língua portuguesa é um idioma proveniente do latim. O português falado atualmente é resultado de grandes processos históricos, como a mudança do latim vulgar para o galego-português e do galego-português para o português. Como uma língua neolatina, a língua portuguesa é derivada do idioma romano, comportando em sua estrutura quase todas as implicações morfológicas modificadas diacronicamente, dentre as quais se destacam os pronomes. Desse modo, este trabalho se divide em dois momentos: no primeiro, a investigação centraliza-se no estudo diacrônico dos fenômenos pronominais “tu/você” e “nós/a gente”; no segundo momento, destaca-se uma compreensão funcionalista com observação da aplicação do uso pronominal na expressão sociocomunicativa do português brasileiro através da gramaticalização ocorrida com os mesmos. Os principais objetivos desta pesquisa são: verificar a derivação linguística do latim para o português, focando no quadro pronominal do caso reto; destacar fontes históricas que atestem a derivação dos pronomes pessoais do latim para a língua portuguesa; analisar e comparar os pronomes pessoais do caso reto e o seu emprego, enfatizando a segunda pessoa do singular e a primeira pessoa do plural e compreender de que forma ocorreram as mudanças de conjugação pronominal e verbal na segunda pessoa do singular “tu/você” e na primeira pessoa do plural “nós/a gente” através de pesquisa bibliográfica. Para isso, serão usadas contribuições teóricas, principalmente, dos gramáticos históricos Coutinho (2005) e Furlan (2006) e das contribuições acerca das transformações diacrônicas e funcionais dos pronomes supracitados realizadas por Franceschini (2011) e Lopes (2007).

**Palavras-Chave:** Linguística; pronomes; latim; língua portuguesa.

### ABSTRACT

The Portuguese language is a language originating from Latin. The Portuguese spoken today is the result of major historical processes, such as the change from Vulgar Latin to Galician-Portuguese and from Galician-Portuguese to Portuguese. As a Neo-Latin language, the Portuguese language is derived from the Roman language, containing in its structure almost all diachronically modified morphological implications, among which pronouns stand out. Thus, this work is divided into two moments: in the first, the investigation centers on the diachronic study of the pronominal phenomena “you/you” and “we/a gente”; in the second moment, a functionalist understanding stands out with observation of the application of pronominal use in the socio-communicative expression of Brazilian Portuguese through the grammaticalization that occurred with them. The main objectives of this research are: to verify the linguistic derivation from Latin to Portuguese, focusing on the pronominal framework of the straight case; highlight historical sources that attest to the derivation of personal pronouns from Latin to the Portuguese language; analyze and compare the personal pronouns of the straight case and their use, emphasizing the second person singular and the first person plural and understand how changes in pronominal and verbal conjugation occurred in the second person singular “you/you” and in the first person plural “we/a gente” through bibliographical research. For this, theoretical contributions will be used, mainly from historical grammarians Coutinho (2005) and Furlan (2006) and contributions regarding the

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual da Paraíba. [laura.fonseca@aluno.uepb.edu.br](mailto:laura.fonseca@aluno.uepb.edu.br)

diachronic and functional transformations of the aforementioned pronouns carried out by Franceschini (2011) and Lopes (2007).

**Keywords:** Linguistics; pronouns; Latin; Portuguese language.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre outros fatores, a língua portuguesa constitui-se por fenômenos linguísticos que são afetados por variação, mudança e contato com diversas línguas ao longo do tempo e sua formação deu-se por um rico e complexo histórico de contatos e influências com outros idiomas. Para compreender esse processo, é necessário voltar à sua origem. O português surgiu da fragmentação linguística, especialmente do latim, cuja separação deu-se por estes principais fatos: o declínio do Império romano ocidental (476), as invasões bárbaras (século V), a chegada dos mulçumanos na Ibéria (século VIII) e a origem de Portugal como estado centralizado (1249). Outro fator relevante que explica essa divisão, segundo Faraco (2019, p. 19), é que a centralização política trouxe para o centro das atenções o entendimento de que era preciso encarar a fragmentação linguística, própria da ordem feudal, e que esse acontecimento fez com que se começasse a estabelecer vínculos entre língua e poder. Observando esses fatos históricos, pode-se compreender essa desagregação linguística como um fato extralinguístico que traz importantes implicações para as transformações linguísticas em sua evolução: latim vulgar > galego-português (surgido na Ibéria e língua falada no Condado de Galiza) > português.

A língua portuguesa é uma língua neolatina, assim como o italiano, o francês e espanhol. A formação do português como idioma teve três movimentos anteriores: a modificação do latim vulgar para o galego-português e do galego-português para o português.

Para que isso acontecesse,

a formação das línguas neolatinas ou românicas passou por dois movimentos sucessivos fundamentais: a romanização e latinização das províncias, em que as forças de unificação predominaram sobre as de dispersão; a fragmentação do Império, na qual predominaram as forças da diversificação sobre as da concentração (Furlan, 2006, p. 297).

A predominância do latim e do poder de Roma nas províncias, que hoje são países ou estados dos países pertencentes ao território da Península Ibérica, os povos conquistados tomarem a língua romana como deles, o estabelecimento de diversos povos nesses locais e os “[...] traços linguísticos dos imigrantes ou invasores” (Furlan, 2006, p. 298), que agregaram palavras de suas línguas ao vocabulário latino, foram necessários para a formação das línguas neolatinas (português, espanhol, italiano e francês).

Desse modo, diante da história e de questões de ordem linguísticas e morfossintáticas, de que modo a forma verbal na segunda pessoa do singular, como o “**tu** vais” passou a ter a forma verbal de um verbo conjugado na terceira pessoa do singular, como “**tu** vai”? Como o “você”, considerado pronome de tratamento, passou a fazer parte da segunda pessoa do caso reto junto com o “tu”? De que forma o “a gente” se tornou pronome de primeira pessoa do plural do caso reto juntamente com o “nós”, referindo-se, no texto, como plural e utilizando verbos na terceira pessoa do singular?

Para observar estas mudanças linguísticas, objetiva-se esclarecer a derivação linguística do latim para o português, focando no quadro pronominal do caso reto; destacar fontes históricas que atestem a derivação dos pronomes pessoais do latim para a língua portuguesa; analisar os pronomes pessoais do caso reto e o seu emprego, enfatizando a segunda pessoa do singular e a primeira pessoa do plural, e compreender de que forma ocorreram as mudanças de conjugação pronominal e verbal na segunda pessoa do singular “tu/você” e na primeira pessoa do plural “nós/a gente”.



Este trabalho se justifica pela importância de compreender a história da nossa língua e as transformações que ocorreram do latim vulgar ao português em sua variante brasileira. Quando os pronomes são abordados nas aulas de português do ensino básico nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, não é abordado a forma que os pronomes são usados cotidianamente. Portanto, é de suma importância a temática de conjugação e concordância pronominal-verbal para observar que da forma que se conjuga a segunda pessoa do singular (tu/você) e a primeira pessoa do plural (nós/a gente) é uma construção histórica, social e de uso linguístico.

Para construir este trabalho, inicialmente, apresenta-se um percurso histórico social, local e linguístico, abordando a história da Península Ibérica, da língua portuguesa, que vem do latim e do galego-português, do Brasil a partir de 1500, período colonizador e escravagista.

Mostra-se um pouco da estrutura da língua portuguesa, algumas características herdadas do latim, as quais perduram até hoje, como o alfabeto e os pronomes pessoais do caso reto. Expõe-se a história linguística desde o latim e definições de pronomes de acordo com as gramáticas históricas de Coutinho (2005) e Furlan (2006), a formação do português brasileiro abordada por Basso (2019) e Mórra (2006).

Analisa-se as semelhanças e diferenças de conceitos com a finalidade de apresentar a mudança nos estudos e o quadro pronominal proposto pela tradição abordado por Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2007) e o quadro pronominal do uso corrente dos falantes postulados por Francischini (2011) e Lopes (2007). Aborda-se, também, a gramaticalização do “tu/você” e “a gente” como um processo diacrônico e funcional fundamental para a inserção deles no uso linguístico cotidiano e a indeterminação e determinação do sujeito ocasionadas por esses pronomes abordada por Franceschini (2011).

## **2 PERCURSO HISTÓRICO DO LATIM AO PORTUGUÊS**

Ismael de Lima Coutinho é um grande filólogo que, através de sua gramática, elucidou o percurso histórico do latim ao português para este trabalho. Para o autor (2005, p. 46), “A língua portuguesa proveio do latim vulgar que os romanos introduziram na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica”. Antes da adjetivação de latim vulgar, o latim não tinha essa diferença. Com as mudanças, o idioma romano se transformou em um instrumento literário. Após isso, passou-se a ser dividido em latim clássico (da escrita formal e da língua do clero e da classe alta) e latim vulgar (falado pelo povo).

Segundo Coutinho (2005), antes dos romanos ocuparem a Ibéria, havia dois povos no solo peninsular: o cântabro-pirenaico e o mediterrâneo, dos quais surgiram os bascos e os iberos, sendo esse último o povo mais importante na história da península. É por causa deles que o local passou a ser chamado de região Ibéria.

A língua oficial da Península Ibérica não foi o latim desde o início da conquista romana. Inicialmente, por um bom tempo, era o basco, o próprio idioma da região. Entretanto, como o latim era a língua oficial do Império, cujo poder guerreou contra os povos que se fixaram na região até os romanos se estabelecerem, o idioma romano também era a forma de acesso a uma cultura superior, o que era ensinado na escola e buscava se expandir e tornar-se o principal idioma da Península. De acordo com Coutinho (2005), fatores como: o recrutamento dos jovens da província ao exército, - onde o latim era a língua de comunicação e estes tinham que aprender - e, depois de prestarem serviço militar, voltavam para suas casas, fazendo com que, através da comunicação, os familiares aprendessem a falar o idioma também; o sistema rodoviário que permitia acesso à metrópole, o direito da cidadania concedido aos cidadãos que obedeciam Roma e o cristianismo pregado em latim pelos padres fizeram com que o latim se tornasse mais forte e o idioma oficial da Ibéria.

Como toda língua, sociedade e falares mudam conforme o tempo, o latim falado pelo povo também mudou. No século V (d. C.), os bárbaros, de origem germânica, invadiram a Península. Três nações foram consideradas pertencentes aos bárbaros neste momento, cada uma com seu próprio dialeto: os vândalos, suevos e visigodos, sendo os visigodos mais marcantes para as transformações do latim e, conseqüentemente, construção da língua portuguesa. Os vândalos se fixaram na Galécia e na Bética, lugares que passaram a se chamar Andaluzia, região pertencente à Espanha. Depois dos vândalos, surgiram os suevos, cujos povos ocuparam a Galécia e Lusitânia, onde mais tarde se desenvolveu a nação portuguesa. Após esses povos, surgiram os visigodos, os quais tomaram o território dos suevos, e, mesmo vencendo os romanos, adotaram a civilização e a língua romana como deles, adicionando ao vocabulário latino “designativos de armas, vestes, insígnias guerreiras, etc.” (Coutinho, 2005, p. 52). Os germanos governaram por quase trezentos anos. No século VIII, em 711, os visigodos foram derrotados pelos árabes, tornando-se os mouros governantes do reino visigótico.

Com a invasão muçulmana, adotou-se o árabe como língua oficial, entretanto, o povo continuou falando o latim vulgar modificado. Segundo Coutinho (2005, p. 54), “eles incorporaram ao léxico peninsular os nomes de plantas, instrumentos, ofícios, medidas, etc.”. Durante a dominação muçulmana, o clero e o povo católico organizaram cruzadas para libertar a Península. Pela eficiência dessas cruzadas, constituíram-se os reinos de Leão, Castela e Aragão nos territórios conquistados pelos mouros. Entre os guerreiros da Guerra Santa, destacou-se D. Henrique, conde de Borgonha. Em honra pela participação do conde, D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, concedeu-lhe a sua filha D. Tareja em casamento e o Condado Portucalense,

território desmembrado da Galiza, localizado entre o Minho e o Vouga. A partir de 1095, os domínios do conde D. Henrique se estendem do Minho ao Tejo. A nacionalidade portuguesa, porém, só começa com D. Afonso Henrique, filho de D. Henrique, que, depois da batalha de Ourique (1139), sacudiu a suserania de Castela e se proclamou rei de Portugal em 1143” (Coutinho, 2005, p. 54).

Após a vigência do latim e antes do surgimento da língua portuguesa, no território onde se estabeleceu o domínio português, surgiu o galaico-português ou galego-português, que foi um idioma que nasceu na Península Ibérica. Através do contato entre habitantes da Ibéria e os povos romanos, o latim passou a ser falado na Península. Da modificação da língua latina pelo contato dos habitantes peninsulares com outros povos e pela distância geográfica entre a Península (especialmente Galiza e Lusitânia - o que contribuiu com a lentidão da evolução linguística do latim e a preservação de arcaísmos) postulada por Furlan (2006, p. 314), surgiram as línguas peninsulares. De acordo com Furlan (2006, p. 300), o galego-português falado no oeste, o castelhano no centro e o catalão no leste foram as três línguas peninsulares, nas quais são encontradas formas linguísticas mais próximas das línguas nacionais que se tornaram: o português e as línguas hispânicas. Segundo Furlan (2006, p. 302), após a reconquista territorial através da guerra santa, estabeleceu-se o Condado Portucalense, onde era localizado o Condado de Galiza e que a língua falada era o galego-português. Posterior à formação política de Portugal, o território de português se desmembrou do Condado Portucalense e o português se separou do galego, surgindo, assim, o falar português.

Para melhor compreensão, desenvolveu-se várias propostas de periodização para a história da língua portuguesa. De acordo com Leite de Vasconcelos (1926, *apud* Coutinho, 2005, p. 56) divide a história da nossa língua em três épocas: **pré-histórica**, **proto-histórica** e **histórica**. Segundo Coutinho (2005, p. 56), “a pré-histórica começa com as origens da língua e se prolonga até o século IX, em que surgem os primeiros documentos latino-portugueses”.

A fase proto-histórica se estende do século IX ao século XIII e consiste em documentos públicos redigidos em latim-bárbaro. Nesse período, já se encontraram algumas formas vulgares vernáculas semelhantes ao galego-português.

Segundo Coutinho (2005, p. 57), a fase histórica

[...] inicia-se no século XII, em que os textos [...] aparecem inteiramente redigidos em português. [...] A época histórica comporta uma divisão em duas fases: a arcaica (do séc. XII ao XVI) e a moderna (do séc. XVI até atualmente).

Pode-se encontrar o português arcaico nas cantigas trovadorescas. Um exemplo é a cantiga “Airas Peres Vuitorom”, que, segundo o repositório de cantigas medievais galego-portuguesas, foi composta por volta de 1247 no século XIII, que durou de 1201 a 1300:

**Airas Peres Vuitorom**

[...]

Nom tem Sueiro Bezerra que tort'é em vender Monsanto  
ca diz que nunca Deus diss[e] a Sam Pedro mais de tanto:  
Quem tu legares em terra erit ligatum in celo;  
por en diz ca nom é torto de vender hom'o castelo <sup>2</sup>

Fonte: Cantigas - suporte digital da FCSH.

Nesse fragmento, pode ser observada palavras pertencentes à língua portuguesa como “castelo”, “quem”, “nunca” e a presença de unidades latinas, como “erit”, “ligatum”, apresentando um momento de transição e de existência simultânea de formas latinas vulgares, galego-portuguesas e portuguesas. Através da cantiga, pode-se perceber a fase histórica.

O português moderno é usado desde o Século XVI, da publicação de Os Lusíadas (1572) até a atualidade.

## 2.1 Domínio da Língua Portuguesa

No século XVI, Portugal passou a explorar territórios ultramarinos, como o território brasileiro. Além do Brasil, Portugal invadiu países asiáticos, como Singapura e Timor Leste, e países africanos, como Cabo Verde, Angola, Moçambique, entre outros. Quanto à questão linguística, segundo o Observatório da Língua Portuguesa (2023), oito países (Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, Timor-Leste, Portugal e São Tomé e Príncipe) têm o português como língua oficial. Contudo, este trabalho enfatiza o Português Brasileiro (PB).

A língua portuguesa chegou ao Brasil com os portugueses no século XVI através da invasão portuguesa à essa nação. Conforme aponta a nossa história, em 1500, os primeiros portugueses chegaram ao Brasil junto a Pedro Álvares Cabral nas navegações portuguesas, nas quais haviam religiosos, soldados, entre outros, e junto com esses povos o início da transportação da língua portuguesa. Segundo Basso (2019, p. 19), apesar da chegada destes no ano citado, “o povoamento efetivo do território nacional começa somente na década de 1530, com a expedição de povoamento liderada por Martim Afonso de Souza”. De acordo com Mórra (2006, p. 58), a colonização no século XVI foi um projeto de expansão da fé, dos bons costumes através de ferramentas religiosas, como a catequização, e da transplantação de costumes e de outras línguas para o Brasil. Basso (2019) aponta que o processo de colonização e implementação da língua portuguesa iniciou com as ocupações dos territórios

<sup>2</sup> Segundo as informações contidas no site, a cantiga foi composta por volta de 1247 por Vuitorom. A versão da cantiga apresentada pelo site se encontra em Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, "Em volta de Sancho II", in *Lusitânia*, II (1924-1925). De acordo com o repositório de cantigas medievais galego-portuguesas, a cantiga se trata de um manifesto contra a deposição de D. Sancho II, de quem o autor foi um grande defensor. Segundo o Arquivo Nacional Torre do Tombo, D. Sancho II foi o quarto rei de Portugal. Logo, com base nessas informações, pode-se concluir que essa é uma cantiga medieval portuguesa, embora não tenha sido informada na descrição da cantiga.

nacionais: inicialmente, o litoral foi invadido com o intuito de disseminar a língua, a fé e os costumes aos indígenas. Entretanto, grande parte dos nativos não assimilaram a língua portuguesa, o que fez os colonizadores encontrarem métodos para facilitar a interação entre eles, como a *língua geral* ou *franca*, língua de contato entre indígenas e portugueses, “cuja matriz seriam as línguas do grupo tupi e tantas outras faladas no novo território” (Mórra, 2006, p. 59); depois, no interior (sul/sudeste) através dos bandeirantes com a busca de ouro, o que teve como consequência a adoção crescente da língua portuguesa no território pelo contato entre portugueses e brasileiros, dando mais prestígio ao português e esquecendo as línguas indígenas. Também houve o decreto do Marquês de Pombal, em 1757, que proibia de se falar qualquer outra língua, especificamente a geral, e tornava obrigatório o uso da língua portuguesa na colônia e a obrigatoriedade dos escravos africanos aprenderem a língua de seus senhores, também o português.

Do contato entre indígenas, africanos e europeus foi criada uma variação específica do português, que teve grande influência na formação e consolidação do português brasileiro. Logo, o que tornou o português brasileiro um idioma sólido foram, no aspecto histórico, as invasões, a escravidão, o assassinato de povos indígenas e africanos, o contato entre os povos; e no campo linguístico: o contato entre as línguas, as variações regionais no nosso país, a influência das línguas africanas, indígenas e de outros povos em nomes de pessoas, lugares, comidas e entre outras coisas, modificando o léxico, a sintaxe, e particularizando o português brasileiro.

## 2.2 A derivação pronominal latina: do latim ao português

A língua portuguesa é uma língua que veio do latim vulgar. Por causa dessa derivação, muitas coisas do PB também são características do idioma latino, como o alfabeto, a estrutura oracional, os pronomes, as terminações verbais, conjunções. Desse modo, os pronomes pessoais do caso reto da língua portuguesa que são aprendidos na escola e, em sua maioria, usados cotidianamente, - *Eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas* - também são derivações latinas na nossa língua. Entretanto, antes de serem conhecidos dessa forma, eles sofreram algumas modificações. Para a compreensão dessas mudanças, é necessário um aprofundamento na origem dos pronomes citados e como eles desempenhavam-se gramaticalmente no latim, e consequentemente, significam no português brasileiro.

Para Furlan (2006),

pronomes (<pro-nomen = “em vez do nome”) são vocábulos gramaticais que denotam um ente na comunicação (uso indicativo, dêitico) ou remetem a ele (uso remissivo, relativo, anafórico), considerando-o apenas como pessoa do discurso. Exercem ora a função de substantivos (ego, tu, ille; hic, iste, ille), ora de adjetivos (liber meus, tuus, suus). Compõem um sistema de palavras de significação gramatical ou interna e de número fechado. As classes de pronome são as mesmas seis que derivaram para o português: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos (Furlan, 2006, p. 94).

De acordo com esse autor, pronomes são pequenos elementos gramaticais utilizados na comunicação para indicar as pessoas que estão sendo participantes da fala, da conversa, do discurso ou para se referir a algo que está sendo falado nesses contextos. Segundo Neves (2008, *apud* Franceschini, 2011, p. 39), os pronomes são dêiticos por se referirem a algo ou alguém - como os pronomes demonstrativos, os pronomes pessoais - e são anafóricos por terem a capacidade de retomar o que já foi dito.

Os pronomes podem exercer o papel de substantivo ou de sujeito em uma oração - “[...] *Ego autem sollicitus sum, quia asinus meus fugit*”<sup>3</sup> (Rezende, 2009, p. 53), e podem

<sup>3</sup> “[...] Eu ao contrário estou preocupado, pois meu burro fugiu”. Fragmento retirado de um texto em que dois vizinhos estavam conversando, em que Publius pergunta ao seu vizinho Demetri se ele e a família estavam bem e desabafa que está preocupado porque seu animal fugiu.

exercer a função de adjetivo como uma característica particularizadora de algo - como no exemplo dado por ele (*liber meus* = meus livros; *liber tuus* = teus livros; *liber suus* = seus livros); e é uma classe com número limitado de palavras pertencentes a ela e caracterizadas como pronome, ao contrário dos nomes e dos verbos como aponta Furlan (2006), que são muitos.

Furlan é um grande linguista histórico, que, neste trabalho, contribui com a definição da função e do uso dos pronomes desde o latim. Os pronomes pessoais latinos são, conforme Furlan (2006, p. 94):

Primeira pessoa	Segunda pessoa	Terceira pessoa
Ego / Nos = Eu / nós	Tu / vos = tu / vós	-
Mei / Nostri = de mim / de nós	Tui / Vestri = de ti / de vós	Sui = de si
Me / Nos = me / nos	Te / vos = te / vos	Se = se
Mihi / Nobis = a mim / a nós	Tibi / vobis = a ti / a vós	Sibi = a si
Me / Nobis = por mim / por nós	Te / vobis = por ti / por vós	Se = por si

Neste estudo, será analisada a primeira linha da tabela acima, que são os pronomes pessoais do caso reto. Pode-se perceber uma certa semelhança com o quadro pronominal do português. Segundo Coutinho (2005, p. 253), os pronomes pessoais é a classe de palavras que mais conserva fielmente os vestígios da declinação latina: “os da primeira e segunda pessoa originam-se dos de idênticas pessoas no latim”. Entretanto, há uma diferença perceptível no quadro pronominal tradicional latino e no português: no latim, não há os pronomes de terceira pessoa *Ele/Ela* e *Eles/Elas*. Na língua latina,

quanto à terceira pessoa, estes pronomes possuem apenas formas reflexivas: *Ille laudat se*, “Ele se louva”. Para a função não reflexiva, o latim emprega o demonstrativo *is, ea, id* e, às vezes, *hic, iste, ille*: *Ille, ubi videt matrem suam, laudat eam*, “Ele, logo que vê a sua mãe, a louva” (Furlan, 2006, p. 94, grifo do autor).

Os pronomes de terceira pessoa apresentados na tabela servem para as formas reflexivas. As formas não reflexivas, que são as que utilizamos “ele/ela” no português, no latim, são utilizados os pronomes demonstrativos, que se referem a de quem/do que se fala, que no exemplo são *Ille* e *eam*. Desse modo, nota-se que não havia os pronomes pessoais do caso reto de terceira pessoa. Esses foram sendo formulados de acordo com as observações e pelas analogias feitas pelo latim vulgar. Para que a terceira pessoa do caso reto fosse estabelecida, foi necessário recorrer aos pronomes demonstrativos. Conforme aponta Furlan (2006, p. 95), os pronomes demonstrativos em si são “*hic, iste e ille*”, que significam “este, esse e aquele”. “*Hic*” se caracteriza como primeira pessoa (ego), “*iste*” como segunda (tu) e “*ille*” como terceira, logo, “*ille, illa, illud*” - *aquele, aquela, aquilo* refere-se ao tema da mensagem - a terceira pessoa” (Furlan, p. 96, grifo do autor). Então, como “*ille*” é um pronome demonstrativo de terceira pessoa, tornou-se um pronome pessoal do caso reto de terceira pessoa em sua derivação portuguesa. Assim ficou o quadro pronominal pessoal latino do caso reto após a incorporação do demonstrativo “*ego, tu, ille/illa, nos, vos, illi/illae*”<sup>4</sup> (Furlan, 2006, p. 185).

Assim, a conjugação verbal do latim era desta forma:

<sup>4</sup> eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas.

	1ª conjugação	
	tema em -A	LAVDA-
	Presente	Imperfeito
EGO	laud-o	laudaBAm
TV	lauda-s	laudaBA s
	lauda-t	laudaBA t
NOS	lauda-mus	laudaBAmus
VOS	lauda-tis	laudaBATis
	lauda-nt	laudaBAnt

(Rezende, 2009, p.55)

Presente	Imperfeito
Eu louvo	Eu louvava
Tu louvas	Tu louvavas
Ele louva	Ele louvava
Nós louvamos	Nós louvamos
Vós louvais	Vós louváveis
Eles louvam	Eles louvavam

Através da tabela, é visto que, no latim, não havia os pronomes “ele/ela”. A parte que apresenta ausência de pronomes equivale aos pronomes pessoais de terceira pessoa no português e nas outras línguas, “ele/ela”.

Na formação dos pronomes no latim e nas transformações dos pronomes até chegarem ao que são usados, na transição do latim ao português europeu, alguns fatores fonéticos e ortográficos são importantes para compreender como essas formas se transformaram nas que usadas na modernidade, como: segundo Haug (2008, p. 57, grifo do autor), “o pronome *eu* soava com *e* aberto (correspondente ao *e* aberto da forma latina *ego*), e, na segunda, com *e* fechado” e

empregava-se o pronome de terceira pessoa *el* ao lado de *elle* (<ille). *Elle* se tornou *el* devido a próclise. O plural deste pronome se fez consoante a regra dos vocábulos terminados em vogal, ou seja, com a adição de um -s, abandonando o respectivo plural latino (Haug, 2008, p. 72, grifo do autor).

Logo, no caso dos pronomes pessoais de terceira pessoa, o que era “*Ille, Illa, Illi, Illae*”<sup>5</sup>, tornou-se “Elle/El, Ella, Elles, Ellas”, e conseqüentemente, “Ele, Elas, Eles e Elsas”. O “tu” permaneceu assim como no latim. Os portugueses “nós” e “vós”, antigos pronomes latinos “*nos*” e “*vos*”, receberam um acento agudo.

### 3 A GRAMATICALIZAÇÃO DOS PRONOMES

Este estudo compreende como os pronomes “a gente” e “você” passaram a ser considerados como pronomes pessoais do caso reto no Português Brasileiro. A inclusão deles no quadro pronominal aconteceu a partir de um processo histórico de gramaticalização. Segundo Meillet (1912, *apud* Franceschini, 2011, p. 26), gramaticalização “é a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”, podendo essa palavra autônoma ser uma palavra lexical e ter se tornado gramatical.

Franceschini (2011) é uma grande contribuinte para este trabalho com sua tese sobre o uso dos pronomes “nós/a gente” e “tu/você” no português brasileiro, especificamente em Concórdia (SC). Em seu trabalho, ela discorre que esses pronomes passaram a fazer parte do

<sup>5</sup> Furlan, 2006, p. 185

nosso quadro pronominal através da gramaticalização. Sobre o processo de gramaticalização, a autora (2011, p. 26), embasando-se na teoria proposta por Reighard (1978), considera que “seria a passagem de uma categoria lexical primária (substantivo, verbo, adjetivo) para uma categoria gramatical secundária (auxiliar, determinante, pronome)”. Analisando o que propõe Reighard (1978, *apud* Franceschini, 2011), pode-se observar que isso ocorreu na formação da forma pronominal “a gente”. Segundo Lopes (2007, p. 107), “a gente” advém “de nomes ou expressões nominais, respectivamente, o substantivo *gente* [...]”. Lopes (2007, p. 110) também afirma que “o substantivo *gente* apresentava, no português, comportamento similar ao que ocorre com **povo**, **grupo**, **multidão** e com os substantivos coletivos”. O substantivo “gente” podia ser usado no singular (esta gente) e no plural (estas gentes). A forma “a gente” herdou o singular se referindo ao plural. Assim, na inserção do “a gente” no léxico, por “gente” ser um substantivo e desempenhar o coletivo e pode flexionar-se em número, resultou-se em um pronome que não tem a forma flexionada, mas que desempenha o plural. Logo, o que era um substantivo passou a ser um pronome.

Lichtenberk (1991, *apud* Franceschini, 2011, p. 30) afirma que há três consequências prototípicas do processo histórico da gramaticalização:

- 1) emergência de uma nova categoria gramatical;
- 2) perda de uma categoria existente;
- 3) mudança no conjunto de membros que pertencem a uma categoria gramatical.

Assim, as três consequências provenientes do processo histórico de gramaticalização são: o surgimento de uma nova categoria gramatical que concorre com uma antiga, a perda da categoria existente (a forma velha) e a mudança que o surgimento da nova forma causa na classe gramatical que ela pode ser inserida. É o caso do “você” e do “a gente”. Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 61) afirma que o “você”, que é resultado de “vossa mercê” e suas modificações, vem do substantivo “mercê”, que significa graça, e do tratamento “vossa”, que era usado como pronome de tratamento de inferior para superior<sup>6</sup>, passou a ser usado de igual para igual, tornando-se um pronome pessoal do caso reto de segunda pessoa com a função de se dirigir a quem ouve, o interlocutor. E o “a gente”, que, como aborda Lopes (2007, p. 110), vem do substantivo “gente/gentes” que designava plural de pessoas, um todo coletivo, passa ser um pronome de primeira pessoa do plural.

Para Neves (1997, *apud* Franceschini, 2011, p. 30), essas consequências são historicamente conectadas, pois, conforme Franceschini (2011, p. 30) aborda, “adquirindo novas propriedades, os elementos linguísticos passam a integrar novas categorias, isto é, “ocorre uma reanálise categorial””, como o que aconteceu com o substantivo “gente/gentes” que se tornou o pronome “a gente”.

Neves (1997, *apud* Franceschini, 2011, p. 27) entende a gramaticalização também como um processo que ocorre por dois vieses: sincrônico ou diacrônico. Para a autora,

A questão “diacronia” versus “sincronia” liga-se à questão “caráter gradual” versus “caráter instantâneo” da gramaticalização. Se considerado do ponto de vista histórico, o processo é gradual: o que ocorre é que, embora se possa encontrar num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente outra, por um considerável período de tempo coexistem a forma nova e a velha, que entram em variação, sob diversas condições; e essa variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança linguística (Neves, 1997, *apud* Franceschini, 2011, p. 27).

Logo, é, também, conforme o tempo que as formas vão se estabelecendo na língua, coexistindo a forma nova e a velha, variando no uso linguístico até que uma sobressaia à outra, caso isso aconteça. No português brasileiro, há o exemplo do “tu/você” e “a gente/nós”, pronomes que um foi mais usado que o outro, e conforme o tempo, seus usos passaram a

<sup>6</sup> Segundo Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 61), “vossa mercê” era usado como uma forma de tratamento destinada a quem tinha grande poder aquisitivo, como a membros da corte e a quem o rei concedia um título especial, de inferior para superior. No tópico 4.2, esse uso é explicado com mais profundidade.

variar e ganhar novas formas. Para explicar esses acontecimentos, parte-se de uma análise diacrônica sobre esses processos.

### 3.1 A gramaticalização de “a gente”

Assim como os pronomes já estabelecidos pela tradição como pessoais do caso reto têm origem no latim, os novos pronomes integralizados no quadro pronominal também têm. O “a gente” é um deles. Segundo Menon (1996, *apud* Franceschini, 2011, p. 53, grifo da autora),

No latim, *gens*, *gentis* possuía vários significados, como nos mostra GAFFIOT (1934: 708): “raça, estirpe, linhagem, família; raça de povo, povo (em ordem decrescente: gente, nação, cidade); o povo de uma cidade; país, região, lugar; pl. gentes “bárbaros”; gênero: a raça humana, o gênero humano”.

Conforme aborda Menon (1996, *apud* Franceschini, 2011, p. 53), desde o latim, o substantivo “gente/gentes”, que se tornou o pronome “a gente” e veio de “*gens/gentis*”, designava o coletivo de pessoas, um povo. Em seu estudo sobre a gramaticalização do pronome citado, Menon (1996; 1995, *apud* Franceschini, 2011) trata desse processo como diacrônico, ou seja, como um acontecimento se desdobra ao longo do tempo. Ela descreve as fases que a forma nominal “gente” teria passado até o estágio atual do Português Brasileiro, em que concorre com o “nós” como pronome pessoal.

Segundo Menon (1995, *apud* Franceschini, 2011, p. 54), a transformação aconteceu da seguinte forma:

**LNPlena > LNEspecial > LNInvariável > Pron. Indef. > Pron. Pess.1 (P>S)**  
 [...gente...]      a gente                      [a gente]                      a gente                      a gente

Segundo a autora, a primeira fase, em que “a gente” funciona como uma Locução Nominal Plena (LNP), corresponde à etapa de autonomia do substantivo “gente”, podendo fazer parte de qualquer locução nominal com a adição de artigos (mesmo os indefinidos), sofrer flexão de número e concordância de predicativo do sujeito. Aqui, em uma estrutura oracional, “gente” pode ser mencionada como: “As *gentes* brasileiras estão indignadas com algumas medidas governamentais”, no sentido de “as pessoas”, “o povo”, como um sujeito vindo de um substantivo.

Na segunda fase, Menon (1995, *apud* Franceschini, 2011, p. 54) acentua que “a gente” “forma uma Locução Nominal Especial (LNE), passando a ser acompanhada do artigo *a*, mas ainda podendo ser usada no singular ou plural”. Nessa etapa, significados diferentes são consolidados para o substantivo “gente” e para locução nominal supracitada. Franceschini (2011, p. 54) reitera que “Menon (1995) diz ainda que essa LNE, aos poucos, foi se tornando invariável, a ponto de perder inclusive a possibilidade de concordância no predicativo do sujeito com um adjetivo feminino”. Nessa fase, o substantivo perde a flexão, o que antes poderia ser “as gentes”, foi perdendo o plural, tornando-se “a gente”, e não podendo mais ser usado no plural com um adjetivo, como no exemplo citado.

Na etapa seguinte, a Locução Nominal Especial perde totalmente a capacidade de ser usada no plural e se especializa. Nessa fase, “a gente” funciona como uma Locução Nominal Invariável (LNI), passando a ser utilizada como uma das formas de indeterminação do sujeito, transformando-se em pronome indefinido/indeterminado. Franceschini (2011, p. 54, grifo da autora) cita que Menon (1996) ressalta que “desse uso, possivelmente, derivou o emprego de *a gente* por *nós* e por *eu*. Visto que o(s) falante(s) pode(m) incluir na indeterminação, a forma adquiriu os traços semânticos de 1ª pessoa do plural, e, depois, do singular”.

Na última fase do processo de gramaticalização, segundo Menon (1996, *apud* Franceschini, 2011), “a gente” assume as propriedades de qualquer outro pronome pessoal:

Como elemento gramaticalizado, assumiu funções específicas; neutralizou-se a concordância: enquanto forma de indeterminar o sujeito, a concordância se faz no masculino, gênero não-marcado em português. Empregado como forma de primeira



peessoa do plural, concorrente do pronome pessoal *nós*, a *gente* volta a ter concordância mas, desta feita, vai concordar em gênero e número com o sexo do referente extralinguístico, como de resto acontece com os outros pronomes pessoais Menon (1996, *apud* Franceschini, 2011, p. 55, grifo da autora).

De acordo com a autora, essa fase é a que “a gente” assume o mesmo comportamento funcional que qualquer outro pronome pessoal. O comportamento desse pronome indica que, nessa fase, conforme afirma Menon (1996, *apud* Franceschini, 2011, p. 55), o pronome “a gente” “está perfeitamente integrado no paradigma dos pronomes pessoais, sobretudo no PB”.

Objetivando compreender o processo de gramaticalização de “a gente” com mais profundidade, Zilles (2007, *apud* Franceschini, 2011, p. 57) estuda as mudanças ocorridas através de quatro mecanismos: a dessemantização, extensão, decategorização e erosão - explicados por Heine (2003).

Franceschini (2011, p. 57) define que “O primeiro mecanismo, a *dessemantização*, se refere à redução semântica, desbotamento ou perda (parcial) de conteúdo semântico do item lexical original”. Segundo Zilles (2007, *apud* Franceschini, 2011, p. 57),

o substantivo *gente* perde o traço de povo, porém mantém o de pessoa, condição considerada essencial para o passo seguinte, quando ocorre a posterior mudança semântica relacionada com a possibilidade de *a gente* expressar pessoa do discurso: *eu e tu, eu e outras pessoas* (Franceschini, 2011, p. 57, grifo da autora).

A “extensão”, o segundo mecanismo, Franceschini (2011, p. 58) explica que “pode ser entendida como a generalização contextual, uso em novos contextos”. Zilles (2005, *apud* Franceschini, 2011, p. 58) subdivide a “extensão” em quantitativa e qualitativa. Quantitativamente, a autora afirma que o uso de “a gente” na posição de sujeito da oração aumenta consideravelmente entre os anos 1970 e 1990, e adicionalmente, entre os anos 1970 e 2000 também. Callou e Lopes (2004, *apud* Lopes, 2007, p. 113) realizaram uma pesquisa sobre o uso de “a gente” nas décadas de 1970 a 2000 nos projetos NURC e CENSO. Dos dados obtidos nos anos 1970 e 1980, dos entrevistados do NURC, 42% usavam “a gente”, e do CENSO, 73%. Entre 1990 e 2000, os resultados, praticamente, tornaram-se iguais: nas entrevistas realizadas, entre 75% e 80% dos participantes usavam o pronome “a gente” nos dois projetos. Retornando ao que postula Zilles (2005, *apud* Franceschini, 2011), qualitativamente, o uso do pronome se estende para os contextos de referência específica,- o que antes era usado como indeterminador, genericamente, passa a ter caráter determinador, referenciando especificamente as pessoas no discurso -.

O terceiro mecanismo é a “decategorização”, que, segundo Franceschini (2011, p. 58), acarreta na “perda de propriedades morfossintáticas características da forma original, o que inclui a perda do status de palavra independente [...]”. No caso de “a gente”, conforme já foi verificado, a forma perde a propriedade substantiva e passa a ser uma palavra dependente, um pronome.

O último mecanismo é a “erosão”, que se refere a perda fonética. Zilles (2007, *apud* Franceschini, 2011, p. 58), mencionando estudos realizados por Menon (1996) e Zilles (2002), destaca as mudanças fonéticas da forma “a gente”, que pode ser realizada como: “*a gente, ahente, a’ente e ’ente*” (Franceschini, 2011, p. 58). Entretanto, nesta pesquisa, as transformações fonéticas desse pronome não serão explicadas, pois não afeta em sua função, e o que interessa para este trabalho é o funcionalismo dele através dos processos diacrônicos<sup>7</sup>.

A partir dos dados expostos acima, pode-se compreender como esse pronome tão usado no cotidiano passou a ser usado pelos falantes.

### 3.2 A gramaticalização do “você” e a relação entre “tu” e “você”

<sup>7</sup> Em virtude da proposta desta investigação ser os processos diacrônicos no uso funcional do pronome “a gente”, não se desenvolve uma pesquisa fonética na fase da erosão, sobretudo quando se verificam situações variacionais para o mesmo fato.

Assim como “a gente”, o pronome “você” também passou por diversas transformações em seu processo histórico de gramaticalização. Particularmente, o vocábulo “você” veio da forma “Vossa mercê”. Para explicar esse processo, serão utilizadas as contribuições de Lopes (2003), Menon (2006) e Machado (2008), citadas por Franceschini (2011), e de exemplos citados por Lopes (2007). Lopes (2003) estudou a gramaticalização do “você” em peças teatrais escritas em Portugal e no Brasil nos séculos XVIII e XIX, Menon (2006) observou a mesma coisa em diferentes gêneros textuais escritos em Portugal e no Brasil entre os séculos XIV e XIX, e Machado (2008) aborda a gramaticalização de “você” no sistema pronominal do português brasileiro ao longo do século XX no Rio de Janeiro.

Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 59) mostra que assim como a gramaticalização de “a gente”, a de “Vossa mercê” não foi um processo isolado, mas uma consequência de transformações linguísticas e sociais.

Há uma emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passam a substituir o tratamento cortês universal *vós* a partir do século XV, num primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia que exigia um tratamento diferenciado. Essa propagação, que começa de cima para baixo, se dissemina pela comunidade como um todo e as formas perdem sua concepção semântica inicial, gramaticalizando-se – algumas de forma mais acelerada que outras, como é o caso de *Vossa Mercê* > *vosmecê* > *você* (Lopes, 2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 59, grifo da autora).

Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011) aborda o processo de gramaticalização e transformação diacrônica a partir dos cinco princípios da gramaticalização estudados por Hopper (1991, *apud* Franceschini, 2011): “estratificação”, “divergência”, “especialização”, “persistência” e “de categorização”.

Conforme afirma Franceschini (2011, p. 59), baseando-se na definição dos princípios citados, “o princípio da *estratificação* estabelece a coexistência entre as formas”. Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 59) frisa que, com “Vossa mercê/você”, não houve exclusão imediata da forma arcaica, houve um período de convivência entre as duas formas.

Segundo Franceschini (2011, p. 60), o princípio da “divergência” postula a preservação do item lexical original (“Vossa mercê”) convivendo, com autonomia, ao lado da forma gramaticalizada (você), porém com funções distintas. Nesse caso, conforme explica Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 60), o item que convive com o “você” é o substantivo “mercê”, que não tem mais a função de pronome e pode vir em casos como: “Você está à mercê dos seus pais” ou “Estamos à mercê de bandidos”, exemplo ilustrado por Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 60).

Explicado por Franceschini (2011, p. 30),

O princípio da *especialização* concerne à limitação da escolha de formas pertencentes a um mesmo domínio, ou seja, relaciona-se com o estreitamento de opções para se codificar determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço porque mais gramaticalizada.

A “especialização” refere-se ao limite de formas semelhantes que podem ser usadas em determinada função por algumas formas estarem mais em uso do que outra, como o uso de “você” e “vossa mercê”. Na gramaticalização do “você”, Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 60) aponta que, a partir do século XIX, a forma citada passou, gradualmente, a estar presente em contextos linguísticos específicos, com maior probabilidade de presença nos textos se referindo de superior para inferior. Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 62) explica que “Vossa mercê” era um modo de tratamento de inferior para superior no século XVI. Entendendo isso, pode-se compreender a especialização na prática: a partir do século XIX, com as transformações linguísticas, a forma “você” foi especializada.

Franceschini (2011, p. 60) define que a “persistência” se trata da “conservação de alguns traços do significado original, aderindo-se à nova forma gramaticalizada”. Segundo Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 60), na persistência:

As formas não perdem completamente suas propriedades originais e não assumem definitivamente os traços característicos da nova classe da qual passam a fazer parte. Com você não foi diferente. Persiste a especificação original de 3.<sup>a</sup> pessoa, ou [øeu] nos termos de Lopes (1999, 2003), embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2.<sup>a</sup> pessoa [-EU].

“Você” foi um pronome de tratamento de terceira pessoa e conserva a exigência do verbo na terceira pessoa do singular, embora se refira, semanticamente, a segunda pessoa do discurso, o ouvinte/interlocutor.

A “de categorização”, como define Franceschini (2011, p. 60, grifo da autora), se trata da

perda ou neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria-origem - no caso de *Vossa Mercê*, um nome - e na adoção dos atributos da categoria-destino, ou seja, pronome de 2.<sup>a</sup> pessoa.

No processo de transformação, por causa da “de categorização”, o “Vossa mercê” perde a característica de pronome de tratamento de terceira pessoa e passa a ser um pronome de segunda.

Assim, analisando seu corpus e outros trabalhos, Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 60, grifo da autora) concluiu que:

- a) Nas relações simétricas, predominou, nas peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas, o mútuo *tu* (T/T), apesar de as outras formas nominais e pronominais de tratamento também serem utilizadas.
- b) Com a gradativa dessemantização sofrida por *Vossa Mercê*, a forma vulgar *você* tornou-se mais produtiva entre personagens populares e nas relações assimétricas de superior para inferior, ao passo que *Vossa Mercê*, ainda em uso nos séculos XVIII-XIX, conservou-se como forma mais produtiva nas relações assimétricas de natureza oposta: de inferior para superior.
- c) A produtividade do traço de número plural, a mistura de tratamento e o emprego maior como sujeito nulo nas peças brasileiras dão indícios de que a gramaticalização de *Vossa Mercê* para *você* começa timidamente no século XVIII e se implementa de forma mais acelerada no final do século XIX, principalmente, em substituição ao pronome *vós*.

Através do que disse Lopes (2003, *apud* Franceschini, 2011, p. 60), pode-se compreender que o pronome “tu” era mais usado, mesmo existindo outras formas de tratamento; “Vossa mercê” perdeu seu sentido de tratamento de inferior para superior e foi sendo usado, também, como tratamento de superior para inferior e através de evidências, como a possibilidade uso no plural, a mistura de tratamentos entre os pronomes “vós”, “vossa mercê” e “você” indicam que o processo de gramaticalização de “Vossa mercê” para “você” iniciou, sem grandes e rápidas transformações, a partir do século XVIII e foi mais acelerada no século XIX, substituindo o pronome “vós”, que vem se arcaizando.

Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 61) também observou a trajetória de “você” em textos portugueses e brasileiros. Para ela, a trajetória desse pronome se explica por: inicialmente, *mercê* ser um substantivo que era usado como nome para quem tinha autoridade ou lhe era concedido privilégios pela autoridade e podia ser acompanhado por pronomes possessivos (minha, tua, sua, vossa(s)) ou outros determinantes concordando determinante e substantivo; a presença do artigo antes do possessivo, como “a vossa *mercê*/ a sua *mercê*”; a fixação da forma “Vossa *mercê*” juntamente a desobrigatoriedade da concordância ser feita apenas no feminino; e o estabelecimento de “Vossa *mercê*” como forma de tratar o rei e de um inferior se dirigir ao superior.

Quanto ao emprego de “Vossa *mercê*”, Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 62) afirma que:

- a) passa a ser forma exigida pelos escalões superiores da hierarquia da corte aos seus imediatamente subordinados;
- b) o uso “escapa” do círculo da nobreza mais ligada à corte e passa à nobreza mais distanciada (rural?) ou aos senhores de domínios que, por sua vez, passam a exigir esse tratamento dos que não são nobres;
- c) aqueles que não são nobres, mas dispõem de dinheiro — comerciantes, armadores de navios, usurários —, também querem ter o seu quinhão de dignidade e exigem de empregados ou outras pessoas com quem mantenham contato e/ou comércio o seu *vossa mercê* (Menon, 2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 62, grifo da autora).

Assim, a locução nominal era empregada como um pronome de tratamento a quem tinha uma posição ou status superior (nobres, comerciantes, conforme é citado acima).

Além dos princípios de gramaticalização, da trajetória e do emprego da forma supracitada, as transformações fonéticas também foram de grande relevância para a mudança linguística. Conforme Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 62) afirma:

Constatamos *vossemecê/vossemecê*, grafado o /a/ átono da sílaba final do “possessivo” com um e, o que reflete um fechamento ou redução desse /a/ átono, ouvido como [e] ou um chuí. [ə]. (...) A assimilação regressiva do /s/ sobre o /r/ continua a ser grafada –ce; depois, resultado ou da redução da vogal postônica ou do acento secundário em [vó] aparece *vosmecê*. Daí em diante, há uma quantidade de variantes de pronúncia que vão originar *voncê, vancê, vossê* (Menon, 2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 62, grifo da autora).

Logo, compreende-se que a modificação fonética de “Vossa mercê” aconteceu da seguinte forma apresentada por Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 62): “[vósme'se] > [vóm'se] > [vô'se] > [vo'se] ou [vó'se]”. A autora afirma que:

É sob esta última forma que se costumou representar, na escrita, o que vai se tornar o pronome de segunda pessoa: *você*, no uso de igual para igual ou de superior para inferior, invertendo o significado histórico da forma original.

Para Machado (2008, *apud* Franceschini, 2011, p. 65-66), o uso do “você” passa, ao longo do século XX, por três momentos diferentes:

- (i) no primeiro quarto do século, sua variação com o legítimo pronome de 2ª pessoa tu; (ii) a partir da década de 30, seu alçamento à principal estratégia de referência ao interlocutor e a consequente neutralização formal entre 2ª e 3ª pessoas, em favor da última, acarretando a indicação da noção de pessoa exclusivamente pelo pronome e não mais pela forma verbal; (iii) no final do século, sua co-ocorrência com o pronome “tu” agora em seu uso não padrão, não se relacionando mais a formas verbais de 2ª pessoa, que ficaram praticamente restritas, ao longo do período sob análise, ao emprego no modo imperativo.

Segundo Machado (2008, *apud* Franceschini, 2011, p. 66), a partir de sua análise sobre a gramaticalização do *você* nas peças teatrais escritas no Rio de Janeiro, concluiu-se que

a partir dos anos 30 do século XX, a forma *você* já era a mais empregada no Rio de Janeiro, o que teria levado à neutralização da oposição entre a 2.ª e 3.ª pessoa do singular no verbo. No entanto, no final do século XX, a forma *tu* retornaria, co-ocorrendo, então, com a forma *você*, mas sem a flexão verbal padrão (Franceschini, 2011, p. 66, grifo da autora).

Com base no que foi abordado por Franceschini (2011)), compreende-se que a forma “você” variou com “tu” nos primeiros 25 anos do século XX, pois um século tem 100 anos e um quarto equivale a 25; a partir de 1930, o pronome “você” foi mais usado que o “tu”; no fim do século, o pronome tradicional de segunda pessoa voltou ao uso linguístico, variando seu uso com “você” e agora não contendo as formas verbais de segunda pessoa, sem a flexão padrão do ‘s’ nos verbos de segunda pessoa do singular. Dessa forma, entende-se esse momento, também, como o período que o “tu” e o “você” passaram a concordar com os verbos de terceira pessoa do singular com o valor semântico de segunda.

Quanto ao uso do “tu”, Franceschini (2011, p. 216) observa, através da entrevista realizada por ela para sua tese, que o pronome singular tradicional de segunda pessoa é mais

usado em contextos de intimidade, “com pessoas próximas, familiares, amigos; e o “você” (não-íntimo) com desconhecidos ou não-próximos”. Um participante diz que:

(108) Você vai chamá uma pessoa, eu- **eu não te conheço e coisa**, *você* não é da família, **eu não te chamo de ‘tu’, eu chamo sempre ‘você’, as outras pessoas**, né? **Aí em casa**, no caso, né? **co meu piá, né? ‘tu’, ‘tu fiz isso’, ‘tu fiz aquilo’, né? eu não digo ‘você fiz aquilo’**. Então aqui em casa, no caso, eu, a mulher e o piá, é ‘tu’, e a mãe no caso, é ‘mãe’. (MP1p) (Franceschini, 2011, p. 216, grifo da autora).

O próprio entrevistado observa que ele usa “tu” com as pessoas mais íntimas e o “você” com as pessoas menos íntimas.

### 3.3 Os processos de indeterminação e determinação do sujeito através dos pronomes

Uma das consequências do processo de gramaticalização dos pronomes “você” e “a gente” foi a característica de indeterminação e determinação do sujeito através dos pronomes pessoais. Franceschini (2011, p.44), em sua tese sobre a variação pronominal do “nós/a gente” e “tu/você”, observando as análises de dados realizadas por outros autores, afirma que “a indeterminação do sujeito é algo que se pode observar no uso corrente da língua, em que formas pronominais são frequentemente utilizadas com esse valor semântico”. De acordo com ela, a gramática tradicional cita apenas duas formas de indeterminação, as quais são postuladas por Cunha e Cintra (2001, *apud* Franceschini, 2011, p. 44): “a) com o verbo na 3ª pessoa do plural sem sujeito; e b) com o pronome *se* junto ao verbo na 3ª pessoa do singular”. Segundo essa concepção, a indeterminação do sujeito acontece das seguintes formas: a) *Pegaram* a criança nos braços; b) *Pegou-se* a criança nos braços. Nesses exemplos, podemos perceber que não está explícito quem pegou a criança nos braços, constituindo-se um sujeito indeterminado.

Entretanto, alguns autores (Milanez, 1982; Menon, 1994; Setti, 1997) citados por Franceschini (2011) apontam resultados diferentes ao que é postulado pelos gramáticos supracitados.

Milanez (1982, *apud* Franceschini, 2011, p. 44) realizou uma pesquisa cujo corpus foi vinte horas de gravação do Projeto Norma Urbana Culta (NURC) de São Paulo. No material, a autora encontrou a presença de outras formas de indeterminação do sujeito, dentre as quais estão os pronomes “a gente”, “você”, “eles”, “eu”, “nós”, entre outros.

Menon (1994; 2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 45) também realizou uma pesquisa com sessenta e oito (68) informantes do Projeto NURC de São Paulo e encontrou doze variantes de indeterminação do sujeito: “a gente”, “eles”, “eu”, formas nominais, “nós”, “se”, “você”, “vocês”, voz passiva sem agente, voz passiva sintética, verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito, verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito.

Para obter os dados acerca da indeterminação do sujeito, Menon (1994, *apud* Franceschini, 2011, p. 46) estabeleceu testes com o objetivo de averiguar se uma forma linguística poderia ser um recurso utilizável para a indeterminação do sujeito, dos quais alguns têm grande relevância para explicar o uso dos pronomes “nós/a gente” e “tu/você” e exemplificados com trechos retirados de entrevistas realizadas por Franceschini (2011).

O primeiro teste consiste em substituir o *se*, a forma típica de indeterminação, para analisar se a indeterminação semântica permanece. Além do *se*, Menon (1994, *apud* Franceschini, 2011, p. 46) também considerou a possibilidade de substituição entre “a gente”, “eles”, “eu”, “nós”, “você”, “vocês” e outros supracitados. Ela propôs que se desse para substituir os pronomes por *se* sem alterar o valor semântico, comprovaria a característica indeterminadora do uso desses pronomes no contexto em que foram utilizados. Tem-se como primeiro exemplo o trecho abaixo:

(1) Então **a gente** percebe assim, na área tem- tem um determinado tipo de- de- de problema que **você** tem um resultado- tem mais dificuldade em tê

resultado, então precisa uma técnica que melhore o desempenho nesse campo, então **a gente** vai buscar...(MS1f)<sup>8</sup> (Franceschini, 2011, p. 46).

Nesse caso, o participante fala sobre a necessidade de relacionar as técnicas de acupuntura com os problemas de saúde dos pacientes para conseguir melhores resultados no treinamento e “usa **a gente** e **você** com valor indeterminado para se referir às pessoas em geral que trabalham com acupuntura” (Franceschini, 2011, p. 46).

Conforme explica Franceschini (2011, p. 47), “o segundo teste se refere à ocorrência das formas variantes em contextos idênticos”, como o “tu” e o “você” quando são usados em um mesmo contexto, variando seus usos. Para Menon (2002, *apud* Franceschini, 2011, p. 47), “[...] as formas devem ter o mesmo significado referencial, ou seja, serem equivalentes, para poderem ser consideradas variantes”. Na prática, isso significa que os pronomes que fazem referência à segunda pessoa do singular não podem referenciar algo junto a um de terceira pessoa pois não têm o mesmo significado referencial. Por exemplo:

(3) E nós temos o SESC, que daí **você** paga vinte, trinta pila por mês, não sei, não me lembro. E **você** paga, digamos, a consulta é cento e vinte, **você** paga sessenta. (FS1z);

(4) Bom, tem aqui no Melão, **tu** paga dezoito, aqui no Polaco **tu** paga vinte. Porque a porção de um, às vezes é menor do que a porção do outro restaurante. (FS1z) (Franceschini, 2011, p. 46).

Esses exemplos mostram o uso dos pronomes “tu” e “você”, pronomes pessoais de segunda pessoa, como indeterminadores em contextos equivalentes. Segundo Franceschini (2011, p. 47), no exemplo (3), a entrevistada diz que as pessoas da empresa que ela trabalha têm direito ao plano de saúde SESC e usa a forma indeterminadora *você* para informar quanto se paga mensalmente e por cada consulta médica. No exemplo seguinte, usa-se o pronome “tu”, também como um indeterminador, para informar quanto custa a porção de comida em dois restaurantes da cidade. Os pares mínimos se dão pelo uso de duas formas pronominais equivalentes, como o uso do “você” no terceiro exemplo e o uso do “tu” no quarto exemplo.

O terceiro teste foi uma *análise dos tempos verbais - o papel do presente* do indicativo. Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011, p. 47) considera que o presente do indicativo é um dos tempos verbais mais característicos da indeterminação. Através do exemplo a seguir, pode-se ver isso.

(5) Imposto, cobrança, mudança de lei, exigem um monte de coisa e **você** vê que o dinheiro que **você** gasta, paga de imposto, não tem retorno nenhum (MS2c) (Franceschini, 2011, p. 47).

No exemplo (5), o presente do indicativo é empregado em enunciado que apresenta o sujeito indeterminado. Aqui, conforme Franceschi (2011, p. 47) explica, o falante “usa o pronome indeterminador **você** para se referir às pessoas e empresas em geral, e o tempo presente para retratar uma situação constante e contínua”, pessoas e empresas em geral que gastam, pagam impostos e não têm retorno do que gastam e o verbo conjugado no presente do indicativo pontuando que isso sempre acontece.

Nos testes e nos exemplos citados, é possível observar uma variação de indeterminação do sujeito. Menon (2006, *apud* Franceschini, 2011) aborda que as formas de indeterminar o sujeito no português brasileiro são amplas e que os pronomes pessoais utilizados como sujeito também podem ser empregados para um referente não explícito, indeterminado.

Setti (1997, *apud* Franceschini, 2011, p. 45) também desempenhou uma pesquisa cujo material de análise foi setenta e duas entrevistas do banco de dados do projeto Variação

<sup>8</sup> “As siglas nos exemplos correspondem à descrição dos informantes: sexo (M – Masculino e F – Feminino); escolaridade (P – Fundamental I, G – Fundamental II, S – Ensino Médio); faixa etária: (1 – 26 a 45 anos e 2 – 50 anos ou mais). As letras a – z identificam o informante” (Franceschini, 2011, p. 46).

Linguística na Região Sul do Brasil (VARISUL), levando em conta as três capitais da região Sul do Brasil (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre). Embora o material seja de outra região, de acordo com Franceschini (2011), foram encontrados os mesmos resultados que Menon (1994), com o adicional do pronome “tu” em Porto Alegre e Florianópolis, que não foi encontrado nas pesquisas anteriores.

A partir dessas divulgações, é perceptível a variedade de formas de indeterminação do sujeito, superior aos postulados pela Gramática Tradicional na obra de Cunha e Cintra (2001), como destaca Franceschini (2011).

Nos exemplos citados acima, majoritariamente, a indeterminação do sujeito varia entre “tu”, “você” e “a gente”.

Quanto ao “a gente”, isso acontece porque, segundo Lopes (2007, p. 114), o falante utiliza, preferencialmente, o pronome “nós” para referir a si mesmo e ao interlocutor (não-eu = tu) ou a si mesmo e a não-pessoa (o referente = ele). Quando o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior preferência para o uso de “a gente”. A autora citada considera que “Com a forma *a gente*, o falante se descompromete com o seu discurso, comentando assuntos gerais e não particulares”. Lopes (2007, p. 104) ainda afirma que “[...] tal forma pode englobar as demais pessoas (eu + você(s) + ele(s) + todo mundo ou qualquer um)”, pois, ainda conforme ela considera, através de sua integralização ao sistema pronominal como referência ao “falante + alguém”, passou a ser considerado também como plural da primeira pessoa do singular.

Franceschini (2011, p. 43) explica que os trabalhos que analisam a referência semântica do sujeito, geralmente, classificam “tu/você” como pronomes determinadores, representando a segunda pessoa do singular. Souza (2008, apud Franceschini, 2011, p. 44), analisando o pronome “você”, propôs que, semanticamente, esse pronome tem três classificações, discutidas por Franceschini (2011, p. 44): “*você - P1*, quando faz referência ao próprio falante; *você - P2*, quando faz referência ao interlocutor e *você - genérico*, quando faz uma referência genérica, indeterminadora”. Os resultados de sua análise apontaram o uso do *você* como referente genérico como predominante, em seguida o uso como P2 e 20% de ocorrências do uso do *você* como P1. Menon e Loregian-Penkall (2002) e Loregian-Penkall (2004), citadas por Franceschini (2011, p. 43), estudaram a determinação do discurso objetivando investigar se a (in)determinação do referente influencia no uso dos pronomes de segunda pessoa. Elas observaram que era “determinado” quando o referente era recuperável, e “indeterminado” quando não havia como recuperar o referente. Com base no que apontam as autoras citadas, pode-se compreender o “você” com caráter indeterminador nas falas expostas acima.

Lopes (2007), em sua pesquisa no projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC), de São Paulo, afirma que o “nós” é mais utilizado pelo falante para se referir a ele mesmo e a outras pessoas (“tu” ou “ele”) e “a gente” é mais utilizado quando o falante amplia a referência não determinando ele mesmo ou outras pessoas.

No processo de mudança, Omena (2003, apud Franceschini, 2011, p. 42) observou que o pronome “a gente” estava entrando no campo da determinação na comparação dos dados dos anos 1980 e 2000 do CENSO - RJ. Os resultados sugeriram a generalização do “a gente” em todos os contextos. Segundo a autora:

No processo de gramaticalização, o traço (de indeterminação) se conservou e a forma ocupou variavelmente os contextos indeterminados da primeira pessoa do plural, mas à medida que vai se estabilizando como pronome, substitui mais e mais a forma antiga. Nesse caso, passa a ser usado frequentemente nos contextos de determinação.

Omena (2003, apud Franceschini, 2011, p. 42)

Embora o pronome “a gente” tenha sido considerado indeterminador do sujeito, além desse traço, a partir dos anos 1980, percebeu-se que ele estava sendo usado como determinador.

Tendo como base a teoria das pessoas do discurso postulada por Benveniste, Borges (2004, *apud* Franceschini, 2011, p. 42) verificou as mudanças semânticas que proporcionaram a integração de “a gente” no quadro pronominal do Português Brasileiro. O pesquisador afirma que, no processo de gramaticalização desse pronome, é possível observar o seguinte processo de mudança semântica:

- a) genérico → a gente = “eu” + todo e qualquer indivíduo que compreende o discurso (“pessoa” ou “não-pessoa”)
- b) plural exclusivo → baixo grau de pessoalização (a gente = eu + outro(s) (não-pessoa))
- c) plural inclusivo → médio grau de pessoalização (a gente = eu + tu/você (pessoa) + outro(s) (não-pessoa))
- c1) plural inclusivo → alto grau de pessoalização (a gente = eu + tu/você (pessoa))
- d) singular “eu” → mais alto grau de pessoalização (a gente = eu (pessoa)) Borges (2004, *apud* Franceschini, 2011, p. 42).

Conforme o autor supracitado aponta, através da integralização do pronome citado ao quadro pronominal e da transformação semântica de indeterminador para, também, determinador, adicionaram-se novos significados.

A partir da mudança semântica, a referência do “a gente” como sujeito tem os seguintes fatores postulados por Borges (2004, *apud* Franceschini, 2011, p. 42-43):

- 1 - referência específica ao próprio falante (=eu)
- 2 - referência específica inclusiva (eu + pessoa)
- 5 - referência específica inclusiva (eu + pessoa + não-pessoa)
- 3 - referência específica exclusiva (eu + não-pessoa)
- 4 - referência genérica (eu + todo/qualquer indivíduo)
- 8 - referência ambígua ou duvidosa Borges (2004, *apud* Franceschini, 2011, p. 42-43).

Segundo Borges (2004, *apud* Franceschini, 2011, p. 43), em relação a esses fatores, o “a gente” estaria, progressivamente, sendo usado como referente determinado, e não apenas fazendo referência genérica, indeterminadora.

O “você” abordado no tópico anterior é considerado pronome determinado de segunda pessoa do singular. Na análise de Souza (2008, *apud* Franceschini, 2011, p. 44), esse pronome tem três classificações, das quais podemos considerar que uma apresenta ele com o uso de determinador: “você - P2, quando faz referência ao interlocutor” (Franceschini, 2011, p. 44).

#### 4 OS PRONOMES SEGUNDO A TRADIÇÃO

A definição do que é pronome nas gramáticas tradicionais variam entre sujeitos da oração ou até pessoas do discurso. Para Cunha e Cintra (2007, p. 279), gramáticos do português brasileiro, “os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais”. Lima (2011, p. 110), também gramático da nossa língua, define substantivo como “a palavra com que nomeamos os seres em geral”. Partindo dessa definição, pode-se considerar a classe substantivo como elemento nominal devido a sua característica de nominalizar as coisas. Logo, Cunha e Cintra (2007) definem pronomes como elementos que podem desempenhar o papel de substantivo em uma oração. Conforme afirma Bechara (2009, p. 110), “só o substantivo (representado por nome, pronome, sintagma nominal<sup>9</sup> [...]) pode ser o sujeito da oração”. Portanto, pelos pronomes poderem funcionar como substantivo em uma oração e o substantivo poder ser sujeito, os pronomes também podem exercer a função de sujeito em uma oração, - como neste exemplo: “Eu vou ao mercado”, em que o pronome pessoal “eu” desempenha a função de sujeito. Semanticamente, o sujeito de uma oração é aquele que tem algum estado ou realiza alguma ação diante do verbo. No exemplo, “eu” realizou uma ação: foi ao mercado.

Segundo Bechara (2009, p. 162), outro gramático do português brasileiro, pronome é:

<sup>9</sup> Sintagma nominal “é o sintagma que pode ser sujeito de alguma oração” (Perini, 2005, p. 92)



a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto. De modo geral, esta referência é feita a um objeto substantivo considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso.

E os pronomes pessoais são aqueles que “designam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (não eu, não tu), considerada, pela tradição, a terceira pessoa”(Bechara, 2009, p. 164). Para ele, pronome é uma classe que tem elementos linguísticos limitados pertencentes a ela, - não é como um substantivo, que o número de unidades linguísticas chega a ser infinito -, que faz referência a algo ou alguém presente no discurso ou na interação verbal e que os pronomes pessoais designam as duas pessoas do discurso e a não pessoa. Essa noção de pessoa do discurso foi postulada por Émile Benveniste. O linguista defende que a enunciação (a interação verbal) acontece entre duas pessoas que estão presentes no ato discursivo e uma que não está. Segundo Benveniste (1988, *apud* Lopes, 2007, p. 108), a noção de pessoa se remete à enunciação, à interação verbal, que pressupõe duas pessoas: quem fala (a primeira pessoa - eu) e para quem se fala (a segunda pessoa - tu), também havendo a “não-pessoa”, que é a quem ou ao que se refere na enunciação (terceira pessoa - ele).

Neves (2000, *apud* Franceschini, 2011, p. 39), tomando como base a teoria benvenistiana, define as funções básicas dos pronomes pessoais como:

- a) **primeira pessoa:** aquele de quem parte o discurso, e que só aparece no enunciado quando o locutor faz referência a si mesmo (auto-referência);
- b) **segunda pessoa:** aquele a quem se dirige o discurso e que só aparece no enunciado quando o locutor se dirige a ela;
- c) **terceira pessoa:** aquela sobre a qual é o discurso.

Embasando-se nas afirmações dos autores citados, pode-se concluir que as pessoas e não-pessoa do discurso se resumem aos pronomes de primeira, segunda e terceira pessoa da tabela pronominal: “eu, tu e ele”, pressupondo, conforme destaca Lopes (1998, *apud* Franceschini, 2011, p. 36), baseando-se em Benveniste, uma interação dialógica entre o falante (eu) - “aquele que enuncia - e o ouvinte - a quem se dirige o enunciado” sobre algo ou alguém, pois, na interação verbal, sempre falamos com alguém sobre algo ou alguém, conforme a teoria da enunciação postula.

Além de exercerem as funções de sujeito e pessoas do discurso, os pronomes também desempenham a função de referenciação. Segundo Koch e Marcuschi (1998, *apud* Franceschini, 2011, p. 33), “a referenciação é um processo realizado no discurso e que resulta na construção de referentes [...], uma atividade discursiva” em que os referentes são objetos de discurso. Reiterando o que diz Koch e Marcuschi (1988) e outros autores, Franceschini (2011, p. 34) aborda que “o estudo da referenciação remete, então, à busca de um entendimento de como os objetos do mundo são categorizados em objetos do discurso”. De acordo com essas definições, referir é mencionar e retomar, no discurso, o que pode existir, como pessoas ou coisas.

Segundo Neves (2008, *apud* Franceschini, 2011, p. 38), os pronomes pessoais são palavras que não têm conteúdo descritivo próprio e, por isso, “assumem uma referência no uso, ora retomando passagens do mesmo texto, ora apontando para elementos ou traços específicos da situação de fala”. De acordo com Neves (2008, *apud* Franceschini, 2011, p. 39), os pronomes têm função de:

- 1) representar na sentença os papéis do discurso (é a função que permite apontar para certos aspectos que estão fora do texto, singularizando-os, e que, por isso mesmo, tem sido chamada de dêitica);
- 2) garantir a continuidade do texto, remetendo reiteradamente aos mesmos indivíduos já anteriormente citados (é a função que remete ao que pode ser procurado no interior do próprio texto [...]).

Assim, a primeira função se materializa na menção às pessoas do discurso e a segunda diz respeito à retomada de pessoas ou coisas já citadas no texto, como quando usamos os pronomes “esse”, “isso”.

Como exemplo da segunda função, pode-se observar o trecho “de acordo com essas definições”, pois esse excerto se refere e retoma as definições que foram apresentadas sobre referenciação a fim de não repetir a citação que já foi feita em poucas linhas antes. Na linguística textual, de acordo com Koch (1989, *apud* Bentes, 2001, p. 278), o fenômeno é chamado de coesão referencial, que é um mecanismo “em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual”. Nesse campo, os pronomes são chamados, também, de elementos coesivos. Nesse caso, conforme aponta Lopes (2007, p. 107), a definição tradicional de pronome “[...] como substituto do nome”.

Segundo Neves (2000, *apud* Franceschini, 2011, p. 39), os pronomes também têm a capacidade de fazer referência pessoal a:

- a) uma pessoa ou coisa que foi ou vai ser referida no texto; é o caso, especialmente, dos pronomes de *terceira pessoa*;
- b) um dos interlocutores (função dêitica), isto é, a uma pessoa que pertence ao circuito de comunicação; é o caso da *primeira* e da *segunda pessoa*.

A capacidade de referir a uma pessoa ou coisa que foi ou vai ser referida através dos pronomes de terceira pessoa pode ser vista em situações que falamos sobre algo ou alguém e utilizamos o pronome “ele/ela” para retomar, como no trecho encontrado na página 14 desse estudo: “Segundo Bechara (2009, p. 162), outro gramático do português brasileiro, pronome é: [...] Para **ele**, pronome é uma classe que tem elementos linguísticos limitados”. Nesse recorte, o pronome **ele**, pertencente a terceira pessoa, está se referindo a alguém que já foi referido no texto, o teórico Bechara. E referir-se a um dos interlocutores, a primeira e segunda pessoa é referir a “eu” e “tu” na comunicação.

E a segunda capacidade, que consiste em se referir às pessoas do discurso, enfatizando a primeira e a segunda pessoa, “eu” e “tu”. Assim, os pronomes pessoais são próprios para referir-se a alguém, pois são, conforme aponta Franceschini (2011, p. 34) “elementos dêiticos por natureza”, e por serem elementos dêiticos são elementos de referenciação.

Por causa da referenciação acontecer no discurso, Franceschini (2011, p. 40) afirma que:

- a partir da concepção de que o discurso abrange a relação entre a linguagem e o mundo, entende-se, assim, que os seus referentes não são entidades definidas a priori e estáveis, mas entidades construídas, nas quais o significado revela-se no evento discursivo.

Essa afirmação mostra que, devido a interação dialógica sempre mudar, os referentes no momento do discurso também mudam porque não são estáveis. O “eu”, o “tu” e o “ele”, as pessoas do discurso, sempre se modificam a cada interação. Assim, conforme Franceschini (2011, p. 41) aponta:

- torna-se necessário entender essa instabilidade como o resultado de um processo interacional de uma língua em uso e, sobretudo, reconhecê-la como uma propriedade inerente a um discurso do qual participam sujeitos que também se definem *na e pela* língua (Franceschini, 2011, p. 41, grifo da autora).

Desse modo, é possível compreender que, através da língua, os sujeitos, que são os falantes, definem-se, mostram-se e referem-se através da interação discursiva, da fala. No ato discursivo, o falante pode fazer referência a si mesmo (eu), a si mesmo e a outra pessoa (nós) e a si mesmo ou outras pessoas através da indeterminação do sujeito no discurso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pôde ser vista a importância da história para a compreensão da derivação linguística nos processos de variação, mas principalmente, nos processos históricos de mudança linguística. Como um processo histórico de transformação linguística dos pronomes analisados, abordou-se a gramaticalização. Esse fenômeno histórico é de grande importância para a compreensão do uso pronominal no uso sociocomunicativo da

língua. Viu-se também que a referência realizada pelos pronomes a indivíduos e coisas muda constantemente, pois as pessoas inseridas em um contexto comunicativo sempre modificam a cada ato enunciativo, havendo uma instabilidade discursiva proporcionada pela língua em uso e em constante construção de si mesma e de seus usuários através da mudança de quem fala, a quem fala e sobre o que se fala. Através dos pronomes, é possível o falante se colocar no discurso, assumindo o que diz ou indeterminando o discurso, conforme foi visto nas funções dessa categoria.

Assim como todas as classes gramaticais, os pronomes passaram por algumas transformações: o surgimento de alguns, a modificação de outros. Conforme os autores apresentados durante o texto abordaram, os pronomes aqui discutidos - o "tu", o "você", o "nós" e o "a gente" - passaram por diversas transformações. Os pronomes "tu" e "nós" já são estabelecidos desde o latim. Entretanto, conforme as transformações diacrônicas e sociais da língua, ganhou-se novas formas pronominais, como "você" e "a gente", que ressignificaram seus usos.

Através de Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2007), das pesquisas realizadas por Lopes (2007) e Franceschini (2011), foi observado o uso dos pronomes estudados em diversos contextos: como pessoas do discurso, sendo pronomes-sujeitos de uma estrutura, "a gente" e "você" como indeterminadores, como determinadores apontando o sujeito, "tu" sendo usado como determinador de intimidade e o "você" como um referente de não-intimidade. Assim como o processo de gramaticalização dos pronomes não-canonizados teorizados por tantos autores citados por Franceschini (2011). As transformações proporcionadas pelo tempo, pelos modos de falar de cada época e pela interação discursiva e social foram a base das variações e modificações linguísticas apresentadas neste trabalho.

Pode-se perceber que o quadro pronominal usado pelos falantes do português brasileiro foi transformado: alguns pronomes foram integralizados e outros caíram em desuso, a exemplo do vós, que, de acordo com Lopes (2007, p. 104), foi substituído por vocês, sendo mais usado em textos bíblicos, como no evangelho de Mateus, capítulo 6, versículo 20: "[...] Mas acumulai para **vós** tesouros no céu, onde nem as traças nem os vermes arruinam, onde os ladrões não arrombam nem roubam" (Bíblia, Mateus 6, 20, p. 1199). Assim, conforme postula Lopes (2007, p. 104, grifo da autora), o quadro pronominal passou a ser, com a concordância verbal atual: "*Eu falo, tu / você / ele / a gente fala, vocês / eles falam*", com adição do *nós*, que ainda não caiu em desuso, e mantém sua desinência número-pessoal, *nós falamos*.

Com o uso na oralidade desses pronomes, nas redes sociais, também há um uso expressivo do novo quadro pronominal usado na escrita. As redes sociais proporcionam situações de interação sociocomunicativa orais e escritas, como o whatsapp, o instagram, entre outras, através de mensagens digitadas e áudios. Nas mensagens escritas, encontra-se o uso do "tu/você" se referindo a quem está recebendo a mensagem e acompanhando o verbo em terceira pessoa do singular, assim como o "a gente" sendo usado como "eu+você" ou "eu+outro(s)", e até o pronome "nós" sendo usado sem a desinência de número-pessoal "-mos". Para analisar esses usos nas redes sociais, necessita de outro estudo para verificarmos suas ocorrências e seus contextos de uso, que podem interferir no uso dos pronomes na escrita dos estudantes da educação básica.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **D. Sancho II, 4.º rei de Portugal**. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4744967>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e Documentação – Citação em Documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/normas-abnt-2023/>. Acesso em 27 nov. 2023.

BASSO, R. M. História e formação do português brasileiro. In: **Descrição do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019, p. 19-36.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Volume 1. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BÍBLIA, N. T. Mateus 6, 20. In: **A Bíblia: tradução ecumênica**. Tradução de Bagno, M. *et al.* 3. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2002.

COUTINHO, I. L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005. 360p.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FARACO, C. A. **História do português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

FURLAN, O. A. **Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FRANCESCHINI, L. T. **Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia - SC**. 2011. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CANTIGAS MEDIEVAIS GALEGO-PORTUGUESAS. **Airas Peres Vuitorom**. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1511&tr=4&pv=sim>. Acesso em: 19 nov. 2023.

HAUY, A. B. A língua: características gramaticais. In: SPINA, S. (org.). **História da língua portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. p. 72.

LIMA, R. Substantivo. In: LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. p. 110.

LOPES, C. R. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-117.

MÓRRA, E. M. **O léxico no século XVI: um estudo do idioma brasileiro**. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Festival Internacional de Língua Portuguesa (FESTLIP)**. 2023. Disponível em:

<https://observalinguaportuguesa.org/festival-internacional-de-lingua-portuguesa-festlip/>.

Acesso em: 28 nov. 2023.

PERINI, M. A. O sintagma. In: PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. p. 92.

REZENDE, A. M. **Latina essentia**: preparação ao latim. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 187p.